NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO PAUTADO NA LITERATURA FEMINISTA

Luísa Carreão Freire (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Daniele de Andrade Ferrazza (Orientadora). E-mail: daferrazza@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Psicologia /Psicologia Social

Palavras-chave: violência contra a mulher; gênero; notícias jornalísticas.

RESUMO

Apesar das leis vigentes e dos estudos feministas da atualidade, as violências de gênero ainda são reproduzidas socialmente, inclusive em veículos de mídia jornalística. No contexto atual, com o aumento de casos de violência contra a mulher e com o papel central que a visibilidade midiática ocupa na vida das pessoas, é crucial atentarmo-nos para a forma como os crimes, as mulheres e seus violentadores são retratados. Assim, a pesquisa objetiva analisar como os casos de violência doméstica e feminicídio são divulgados em notícias de jornais. Especificamente, realizou-se o levantamento de estudos feministas sobre o assunto, o exame de reportagens jornalísticas de casos de feminicídio e violência doméstica e a investigação de como o discurso jornalístico reproduz a desigualdade de gênero. Para tanto, o estudo de caráter qualitativo e exploratório foi dividido em duas etapas, sendo a primeira uma revisão bibliográfica de “estado da arte” e a segunda uma pesquisa documental em um portal de notícias maringaense. Na revisão de estado da arte, foram encontradas pesquisas que evidenciam como o discurso midiático perpetua a estrutura desigual de gênero. Já na pesquisa documental, diversos aspectos apontados na revisão bibliográfica também foram identificados nas notícias jornalísticas selecionadas. Conclui-se a importância do estabelecimento de uma prática jornalística que promova o enfrentamento da violência contra a mulher por meio da problematização das desigualdades de gênero, da não culpabilização e revitimização das vítimas e da divulgação de informações que favoreçam o acesso aos canais de denúncia e à rede de proteção.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui um fenômeno social atravessado por desigualdades de gênero e manifesta-se de diferentes formas, com destaque para as violências domésticas que pode culminar em casos de feminicídio. Essas violências relacionam-se à estrutura de gênero que historicamente sustenta relações

desiguais entre homens e mulheres, sendo o feminicídio uma de suas expressões mais extremas (Caicedo-Roa; Bandeira; Cordeiro, 2022).

Além da ocorrência da violência, é importante considerar como esses casos são apresentados socialmente, especialmente pelas narrativas jornalísticas. A mídia participa da construção de sentidos sobre os acontecimentos que noticia, podendo tanto contribuir para a problematização das desigualdades de gênero quanto reproduzir estereótipos e discursos que favorecem a culpabilização e exposição das vítimas (Rosa; Flores, 2020).

Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de analisar de que forma casos de violência doméstica e feminicídio são publicizados em notícias jornalísticas veiculadas em uma cidade do norte do Paraná. Especificamente, objetiva-se: (a) realizar um levantamento do estado da arte sobre as violências contra as mulheres noticiadas na imprensa brasileira; (b) examinar reportagens sobre violência doméstica e feminicídio, identificando como mulheres, agressores e contextos de violência são retratados pela mídia local; e (c) investigar de que maneira a midiatização do sofrimento feminino pode contribuir para a revitimização das mulheres e a violação de seus direitos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório, sendo organizada em dois momentos. Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura do tipo “estado da arte”, com o objetivo de identificar produções acadêmicas que abordassem a violência contra a mulher, especialmente o feminicídio e a violência doméstica, e sua representação em narrativas jornalísticas. As buscas foram realizadas em portais eletrônicos e na barra de pesquisa do *Google*, a partir dos descritores “feminicídio”, “violência contra a mulher”, “mídia”, “jornalismo”, “imprensa” e “enfrentamento”, bem como suas combinações. Ao todo, no primeiro momento, foram selecionadas e analisadas 14 produções, utilizadas como base para a construção das categorias que orientaram a etapa posterior da pesquisa.

No segundo momento, foi realizada uma pesquisa documental a partir da seleção de matérias jornalísticas publicadas no portal “Maringá Post” durante os meses de maio, junho e julho de 2026. Foram consideradas notícias que apresentassem, no título ou no corpo do texto, os termos “violência doméstica”, “feminicídio”, “mulher assassinada”, “mulher morta” e “violência contra a mulher”. Foram incluídas reportagens referentes a casos de violência doméstica e feminicídio, sendo excluídas aquelas que abordassem outras formas de violência contra a mulher. No total, nove manchetes foram selecionadas. A análise do material foi orientada por categorias construídas a partir da revisão de literatura, a fim de identificar como as mulheres, os agressores e os contextos de violência são representados nas narrativas jornalísticas, bem como elementos discursivos que reproduzem a desigualdade de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura dos materiais selecionados na revisão de estado da arte, foram estabelecidas algumas categorias norteadoras para a análise das notícias jornalísticas na segunda etapa. São elas: ausência do termo “feminicídio”, ocultação do criminoso, agente da ação, espetacularização do crime, revitimização de mulheres, apagamento de mulheres transsexuais e negras, histórico de violência anterior ao crime, menção à violência psicológica, uso de argumentos de ordem emocional, existência de uma “assinatura” em comum dos agressores e a divulgação de canais de denúncia nas manchetes.

Dentre as nove reportagens analisadas, apenas quatro continham o termo “feminicídio”, sendo que o uso de outros termos que não tipificavam o crime como relacionado à condição do gênero feminino era recorrente. A substituição do termo se configura como uma forma de mascarar a natureza da violência e tratá-la como um caso isolado, o que provoca a indiferenciação da violência misógina (Mascarenhas, 2024). O agressor foi exposto em apenas um caso, e apesar da maior parte das notícias terem sido escritas em voz ativa, as mulheres permaneceram sendo alvo de uma maior exposição. Em duas manchetes, as vítimas de feminicídio tiveram a identidade completamente exposta, o que provoca não só sua revitimização e o prolongamento do sofrimento de familiares, como também a espetacularização da violência ao tentar comover o público leitor (Rosa; Flores, 2020; Mascarenhas, 2024).

A discriminação de mulheres transsexuais e negras também foi identificado em uma notícia. A identidade da jovem travesti vitimada foi retratada de forma a diferenciá-la da outra vítima, uma mulher cisgênero, sem provocar nenhuma reflexão acerca da transfobia declarada no crime. Além disso, a reportagem não menciona diretamente o fato de que ambas as mulheres eram negras. Se a imagem das vítimas não fosse exposta, não seria possível saber a identidade racial das mulheres, o que demonstra o apagamento racial existente, apesar de a maioria das vítimas de feminicídio serem negras (Instituto Patrícia Galvão, 2019).

Destacou-se, na análise, a presença de uma notícia sobre um caso de violência psicológica, uma vez que esse tipo de agressão é comumente tratado de forma superficial. A respeito do uso de argumentos de ordem emocional, observou-se que algumas notícias apontavam para a motivação torpe que levou à violência, como acessos de ciúme e discussões. Embora o motivo torpe seja uma qualificadora que aumenta a pena do réu, ele pressupõe que o agressor não estaria em controle das próprias atitudes, fato frequentemente utilizado para desviar a atenção de que o homem teve que premeditar o crime, além de atribuir a culpa a possíveis ações da vítima (Rosa; Flores, 2020). Identificou-se, também, que algumas mulheres tinham receio de denunciar seu agressor, por vergonha ou medo de represálias, visto que muitos agressores permanecem impunes (Instituto Patrícia Galvão, 2019). Tal impunidade foi verificada nas próprias notícias e que mostram que os violentadores já possuíam histórico de violência contra a mulher.

A respeito da existência de uma “assinatura” em comum dos agressores, destacam-se dois casos relacionados ao uso de fogo para ameaçar e causar a morte da mulher. Os meios escolhidos apontam para uma tentativa de “deixar uma marca” e, de certa forma, “assinar o crime”, como uma possível demonstração de virilidade e soberania sobre o corpo feminino (Rosa; Flores, 2020). Por fim, nenhuma notícia selecionada continha reflexões críticas a respeito da violência contra a mulher, nem fornecia informações sobre como as mulheres vitimadas ou pessoas próximas a elas podem buscar auxílio e denunciar o crime.

CONCLUSÕES

Com base nos dados encontrados nas duas etapas, entende-se que o jornalismo ainda tem um longo caminho a ser percorrido para alcançar uma prática que esteja comprometida em combater as desigualdades de gênero. Ao contrário de uma postura crítica, as narrativas jornalísticas provocam a indiferenciação de crimes misóginos e contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero. Portanto, a realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de problematizar a forma como casos de violência contra as mulheres são apresentados nas narrativas jornalísticas, considerando que a mídia participa da construção de sentidos sobre esses acontecimentos e sobre as pessoas neles envolvidas. Nesse sentido, investigar essas narrativas em um contexto local contribui para ampliar a reflexão sobre as formas pelas quais a violência doméstica e o feminicídio são representados socialmente, bem como, para questionar práticas de silenciamento e reprodução de estereótipos que podem contribuir para a manutenção dessas violências. A pesquisa mostra-se relevante não apenas para a produção acadêmica, mas também para a construção de práticas de comunicação mais responsáveis e comprometidas com os direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

CAICEDO-ROA, M.; BANDEIRA, L. M.; CORDEIRO, R. C. **Femicídio e Feminicídio**: discutindo e ampliando os conceitos. Revista Estudos Feministas, v. 30, n. 3, p. e83829, 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO (Brasil). **Imprensa e Direto das Mulheres:** papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual. [s.l.]: Instituto Patrícia Galvão, 2019. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/publicacoes/imprensa-e-direitos-das-mulheres-papel-social-e-desafios-da-cobertura-sobre-feminicidio-e-violencia-sexual/. Acesso em 26 ago. 2026

MASCARENHAS, Leticia Pereira. **Imprensa e feminicídio:** uma análise dos casos noticiados no Paraná. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

ROSA, M. DA.; FLORES, I. G. **Um corpo duplamente esfacelado**: (in)visibilidade das vítimas de feminicídio em manchetes de jornal. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 43, n. 2, p. 147–168, maio 2020.